

CAPÍTULO II – Enquadramento conceptual

Introdução

A educação tem vindo a adquirir um papel muito importante na nossa sociedade, tendo evoluído ao longo dos anos. No que concerne ao caso particular da educação pré-escolar houve algumas dificuldades em encará-la como fundamental no processo de ensino-aprendizagem, mas hoje em dia, é aceite e tem um papel bastante importante no desenvolvimento das crianças.

Um dos objectivos da educação pré-escolar é estimular as famílias a participarem na vida do jardim de infância, de tal forma que a educadora deve ser a primeira a proporcionar e a motivar os pais a envolverem-se. Posto isto, é importante que exista uma relação de confiança e partilha entre ambas.

Neste sentido, é relevante estudarmos o conceito de família e a importância da relação família/instituição e a participação dos pais na vida do jardim de infância.

1. Educação

É importante conhecer a proveniência da palavra educação: esta surge no início do século XVI e provém de duas origens latinas, *educare* (alimentar) e de *educere* (tirar para fora). Portanto, educar significa passar (tirar para fora) conhecimentos, atitudes, valores para outro sujeito assimilar (alimentar) esses conteúdos, ou seja, um acto intencional e sistemático sobre o ser, com o objectivo de formá-lo e desenvolvê-lo.

O conceito de Educação tem vindo a evoluir ao longo dos anos, tendo em conta as realidades sócio-económicas e culturais.

Antes de mais, há que referir que são vários os conceitos de educação, mas segundo Jacques Delors, esta deve estar em torno de quatro pilares fundamentais para o investimento do aluno: Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser (Wikipédia, 2011).

Podemos afirmar que “a educação visa o desenvolvimento do homem simultaneamente nos planos físico e intelectual, proporcionando-lhe uma cultura que lhe permita compreender o mundo em que vive e reflectir sobre os problemas do seu tempo. Ao mesmo tempo que pretende o desenvolvimento das faculdades individuais do futuro cidadão” (Proença, 1999, p. 37).

Para concluir, tal como refere Kant (1985, p.75), “O homem não se pode tornar homem a não ser pela educação. Ele não é senão, o que a educação faz dele”.

1.1. Evolução da Educação Pré-Escolar em Portugal

As primeiras escolas infantis ou jardins de infância nasceram com o desenvolvimento da Revolução Industrial, tendo surgido primeiramente nos países mais industrializados, como a Inglaterra e a França, respectivamente com as *infant schools* e as *écoles maternelles*. O objectivo destas era responder à pobreza e abandono à qual as crianças estavam sujeitas. Posto isto, a educação pré-escolar surgiu devido a factores de ordem social (Gomes, 1986).

A educação de infância em Portugal passou pelas mesmas etapas que os outros países mas, com algum atraso relativamente ao calendário e ao número de estabelecimentos (idem).

Com o passar do tempo, a educação de infância tem vindo a ser mais valorizada, não só em Portugal, mas também no resto do mundo.

Em muitos países surgiram duas redes de cuidados infantis, uma com a preocupação de guarda e assistência social e outra com preocupação educativa. Segundo Formosinho (cit. por Homem, 2002, p. 24), “da primeira nasceram os chamados *serviços de cuidados de assistência social* ou *centros de dia*, considerados como não tendo intencionalidade educativa, e da segunda nasceram os “centros educativos infantis”, subdivididos estes, consoante a orientação pedagógica, em “escolas infantis” e “jardins de infância”.

Posto isto, numa primeira etapa, a educação pré-escolar tinha como função reduzir os efeitos dos ambientes mais desfavorecidos e, nesta fase, pouco se sabia acerca dos processos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Mais tarde e, numa segunda fase, começou a ser explorado o seu potencial educativo.

Froebel foi o primeiro educador a considerar o início da infância como uma fase de importância decisiva na formação das pessoas. Muitas das técnicas que são utilizadas hoje em dia na educação de infância, devem-se a Froebel. Este pedagogo apresentou orientações metodológicas sobre o brincar, o jogo e o desenho, considerando que as brincadeiras são o primeiro recurso no caminho da aprendizagem (Froebel, s.d.).

Segundo Vasconcelos (2000), os primeiros jardins de infância, em Portugal, surgiram no século XIX, por iniciativa de pensadores portugueses que se mantinham em

contacto com as ideias progressistas europeias, tendo já uma intencionalidade educativa que contribuía para o desenvolvimento das crianças.

O primeiro jardim de infância de Froebel foi fundado em 1882 em Lisboa. No fim do século XIX, um pedagogo e poeta português, João de Deus, juntamente com o seu filho, iniciaram um método de leitura e escrita que mais tarde se designaria por “Cartilha Maternal”. Este método viria a ser muito importante na luta contra o analfabetismo que se fazia sentir em Portugal, pois no início do século XX, Portugal tinha cerca de 75% de analfabetos. Desta forma, ao longo deste século, a educação de infância, em Portugal, foi-se desenvolvendo (Gomes, 1986). Os jardins de infância João de Deus, da rede privada, existem até aos dias de hoje em todo o país.

Após a implantação da república portuguesa em 1910, o ensino infantil foi oficializado mas, com o aparecimento do salazarismo, a educação das crianças começou a extinguir-se, recaindo esta tarefa recaiu sobre as mães (Vasconcelos, 2000).

Entre 1910 e 1926 foram criados onze jardins de infância, quatro privados João de Deus e sete oficiais (Associação de Profissionais de Educação de Infância, s.d.).

Em 1973 foi aprovada a Reforma do Sistema Educativo (Decreto-Lei nº 5/73 de 25 de Julho), onde a educação pré-escolar é reconhecida como parte integrante do sistema educativo, depois de ter sido extinta durante o Estado Novo.

Com as mudanças de carácter social e político, obrigaram o Estado a criar um enquadramento legal para as iniciativas populares.

Após o 25 de Abril de 1974, houve a necessidade de responder ao atendimento às crianças. Devido ao acesso das mulheres ao mundo do trabalho, foi necessária a expansão da educação pré-escolar (Homem, 2002). Notou-se um aumento significativo do número de jardins de infância e creches, tal como o número de centros de educação especial e de escolas de formação de educadores de infância (Associação de Profissionais de Educação de Infância, s.d.). Contudo, só em 1977 é que, legalmente, se criou uma rede oficial de educação pré-escolar tutelada pelo Ministério da Educação (Homem, 2002) e foram criadas as Escolas Superiores de Educação, um marco muito importante na formação de educadores (Associação de Profissionais de Educação de Infância, s.d.).

Em 1997, surge a Lei-Quadro para a Educação Pré-Escolar (Lei-Quadro nº 5/97 de 10 de Fevereiro) com o objectivo de expandir a rede de jardins de infância, considerando a educação pré-escolar como a primeira etapa da educação básica, alicerce e suporte de uma educação ao longo da vida. Posto isto, os objectivos da educação pré-

escolar foram definidos no artigo 10º da referida lei. Outras orientações e medidas legislativas foram bastante importantes: destacando o Decreto-Lei nº 147/97 de 11 de Junho que estabelece o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar e define o sistema de organização e funcionamento; o Despacho nº 5220/97 (2º série) de 10 de Julho que aprova as Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar, onde se definem os princípios gerais e os seus objectivos; e a Lei nº 115/97 de 19 de Setembro que, descrevendo as alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE – Lei nº 46/86 de 14 de Outubro), atribuiu à formação inicial dos educadores de infância o grau de licenciatura (Homem, 2002).

Esta é a legislação que recomenda a educação para a cidadania, atribuindo um papel fulcral à educação pré-escolar.

1.2. Educação Pré-Escolar

A educação pré-escolar, cada vez mais, tem vindo a ter uma posição muito importante no contexto educativo.

Nos dias de hoje, a educação é vista como um processo ao longo da vida. Assim a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar define a educação pré-escolar como “a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da acção educativa da família com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção como ser autónomo, livre e solidário” (Lei-Quadro nº 5/97 de 10 de Fevereiro, artigo 2º). Desta forma, a educação pré-escolar é a base de todas as aprendizagens e destina-se a crianças entre os três anos de idade e a idade de ingresso na escolaridade obrigatória.

As Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar reforçam a valorização da criança, da família e da educação pré-escolar, uma vez que durante esta etapa devem-se criar “as condições necessárias para as crianças continuarem a aprender, ou seja, importa que na educação pré-escolar as crianças aprendam a aprender” (Ministério da Educação, 1997, p. 17), isto é, para que as crianças desenvolvam capacidades que, mais tarde, lhes permitam apreender todo o conhecimento.

Assim, e como se afirma nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar, posso dizer que um dos objectivos da educação pré-escolar é “favorecer a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança” (Ministério da Educação, 1997, p. 18). Ou seja, o desenvolvimento equilibrado de todas as potencialidades da

criança, dando-lhe oportunidade de socialização e autonomia, preparando-a para uma escolaridade bem sucedida e constituindo um apoio relevante às famílias na sua árdua tarefa que é educar. Esta educação deve complementar a educação familiar de modo a que, em cooperação, favoreçam o desenvolvimento equilibrado da criança e a sua crescente integração na sociedade, bem como a sua autonomia.

Hoje em dia, a preocupação é muito maior, pois trata-se, sim, de encarar a criança como um sujeito activo no seu processo educativo e de estimular as famílias a participarem nesse processo, com o objectivo de proporcionar à criança ocasiões de aprendizagem e cooperação com os outros.

A educação pré-escolar promove também a auto-estima e a auto-confiança da criança, pois segundo as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar, este nível educativo “cria condições para o sucesso da aprendizagem de todas as crianças, na medida em que promove a sua auto-estima e auto-confiança e desenvolve competências que permitem que cada criança reconheça as suas possibilidades e progressos” (idem, 1997, p. 18).

O educador tem um papel de mediador, orientador e guia que deve atender ao conhecimento sobre os educandos, a forma como aprendem, de acordo com o seu desenvolvimento e do meio onde se inserem. A educação pré-escolar deve dar resposta a todas e a cada uma das crianças para que “beneficiem das oportunidades educativas que são proporcionadas a todos” (idem, 1997, p. 19).

É importante respeitar os conhecimentos que as crianças trazem, que adquiriram a partir das suas vivências, possibilitando a partilha dos mesmos com o grupo. O educador não deve centrar a decisão e a escolha das actividades nele, mas sim nas crianças, dando oportunidade para que estas participem nessa escolha e decisão.

As crianças em idade pré-escolar têm uma grande capacidade de aprendizagem, sendo importante explorar e estimular essas capacidades para que as desenvolvam no sentido de melhor resolverem os seus problemas futuros.

Segundo o perfil específico do educador de infância (Decreto-Lei n.º 241/2001 de 30 de Agosto), o educador tem o papel de conceber e desenvolver o currículo através do planeamento, organização e avaliação; da gestão e organização do ambiente educativo; do planeamento e dinamização de actividades, tarefas e jogos e facilitando as aprendizagens integradas. No sentido de integrar nas actividades todas as áreas de conteúdo, procurámos sempre planificar o mais variado leque de actividades de forma a diversificar as situações de aprendizagem.

A educação pré-escolar não é obrigatória e a organização do currículo a implementar é baseado nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar advindas do Ministério da Educação. Neste documento, estão definidas três áreas de conteúdo para a intervenção educativa: a área de formação pessoal e social, a área de expressão e comunicação e a área do conhecimento do mundo.

Para terminar, considero que o educador tem um papel muito importante, pois é facilitador de aprendizagens e poderá tornar-se um modelo para as crianças. Contudo, o educador nunca deve esquecer a sua intencionalidade educativa, que deverá estar sempre presente na sua prática pedagógica.

2. Família

2.1. Perspectiva evolutiva

Como refere Vygotsky (1984, p. 84) “A educação recebida na família, na escola, e na sociedade de um modo geral cumpre um papel primordial na constituição dos sujeitos. A atitude dos pais e as suas práticas de criação e educação são aspectos que interferem no desenvolvimento individual e, conseqüentemente, influenciam o comportamento da criança na escola”.

Segundo Miranda (2002), da Antiguidade até ao século XVI, a família estava ligada simplesmente à lógica da reprodução social. A família tinha o papel de assegurar a transmissão da vida, dos bens e do nome, desconhecendo o conceito de educação.

No decorrer dos séculos XVI e XVII começaram a existir as preocupações educativas que, gradualmente, se instalaram em toda a sociedade. Desta forma, os pais deixaram de se preocupar apenas com o facto de trazer os filhos ao mundo, mas também com a sua educação, dando-lhes a preparação necessária para a vida.

Com o desenvolvimento que houve no século XVII, relativamente às escolas, os pais começaram a ter uma maior preocupação com a educação dos seus filhos.

No século XIX, com a Revolução Industrial, houve uma grande necessidade de mão-de-obra para trabalhar nas indústrias, deixando de existir a distinção entre homem e mulher, pois as mulheres passaram a trabalhar fora de casa. Assim, foram criadas as primeiras creches assistenciais (Miguel, s.d.).

No início do século XX, surgiram mais técnicas de contraceção e a criança começou a ser mais cuidada e com menos irmãos, obtendo assim mais afectividade. No decorrer deste século os pais começaram a dedicar-se mais aos filhos, tendo mais

disponibilidade, não só em termos físicos e temporais, como também a nível afectivo e intelectual, o que é muito importante (Miranda, 2002).

2.2. Conceito de família

A família é definida por vários autores e de diversas maneiras. Segundo Alarcão (2002, pág. 39), família é “um sistema, um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações, em contínua relação com o exterior, que mantém o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento percorrido através de estádios de evolução diversificados”.

É com a família que a criança vive os primeiros anos de vida e inicia o desenvolvimento pessoal e social, pois os pais são os primeiros educadores devendo estes, acompanhar sempre o desenvolvimento e crescimento da criança. Desta forma, a família é a primeira comunidade onde a criança está inserida, sendo considerada um espaço educativo por excelência.

Surgindo a família como o primeiro lugar onde se aprende a viver, estar e a ser e também onde se começa o processo de consciencialização dos valores sociais essenciais à sociedade. É neste ambiente que o indivíduo aprende a respeitar e a cooperar com os outros.

De acordo com Reimão (cit. por Homem, 2002, p. 36), a “família constitui a primeira instância educativa do indivíduo. É o ambiente onde este desperta para a vida como pessoa, onde interioriza valores, atitudes e papéis e onde se desenvolve, de forma espontânea, o processo fundamental de transição de conhecimentos, de costumes e de tradições que constituem o seu património cultural”. Desta forma, é no seio familiar que se faz a transmissão de valores, costumes e tradições entre gerações.

A família é considerada como um meio afectivo, social, de aculturação e como meio de transmissão de valores, sendo considerada como a primeira instituição de educação e socialização.

O sub-sistema parental, normalmente constituído por pai e mãe, tem funções muito importantes, tal como o apoio ao desenvolvimento e crescimento das crianças, tendo em conta a autonomia e a socialização, implicando que possua a capacidade de nutrir, guiar e controlar: “Nutrir fornecendo as condições materiais, físicas, psíquicas e sociais para o crescimento, mas também guiar e controlar, o que pressupõe impôr limites, orientar, proibir, definir regras e exigir a sua aplicação, podendo assim ser

encarado como o subsistema executivo da família” (Minuchin, cit. por Costa, s.d., p. 78).

Como refere Miranda (2002), “nenhuma outra instituição é tão atenta a todas as necessidades e possibilidades da criança e, ao mesmo tempo, tão integralmente cuidadosa da sua protecção e do seu desenvolvimento, dado que nenhuma outra inclui indivíduos tão estreitamente ligados a ela, como são o pai e a mãe. É esta profunda dependência afectiva, paralela à dependência total da criança, que dá um carácter único ao meio familiar”.

Contudo, nos dias de hoje, o termo família pode envolver diversos sentidos. Quando nos referimos à família, não nos referimos apenas à mãe e pai biológicos, mas também aos pais adoptivos, avós e avôs, padrastos e madrastas, a encarregados de educação e educadores em geral.

Para terminar, a família é a instituição privilegiada da educação, sendo que é neste meio que o indivíduo nasce e se estimula como pessoa.

2.3. Estilos parentais

Os pais adoptam diferentes estilos de educação, o que traz as suas consequências. Desta forma, vários autores têm contribuído para uma classificação dos estilos parentais para perceberem e avaliarem o impacto que têm no desenvolvimento psicossocial da criança, bem como promover hábitos saudáveis para a relação entre pais e filhos.

De acordo com Rivero (2006), os três estilos parentais definidos por Baumrind são: autoritário, permissivo e autoritativo/participativo.

- Pais autoritários: São pais que modelam, controlam e avaliam o comportamento da criança, de acordo com as suas regras. A obediência é uma virtude e a punição é uma prática aceite.

- Pais permissivos: São pais que procuram uma atitude não punitiva e estão receptivos aos desejos da criança. Estes pais funcionam como um recurso e não como um modelo. Em 1983, este estilo foi dividido em dois por Maccoby e Martin. Os estilos que resultaram foram: Estilo indulgente em que os pais respondem aos pedidos das crianças e são carinhosos, não sendo exigentes e, o estilo negligente, em que os pais não se envolvem nas suas funções parentais, não existindo exigência nem responsabilidade crescente ao longo da vida, mantendo só a satisfação de necessidades básicas (físicas, sociais, psicológicas e intelectuais). Estes pais negligentes são chamados os pais ausentes.

- Pais autoritativos ou participativos: Os pais autoritativos são aqueles que direccionam as actividades da criança de modo racional e orientado. Estes pais promovem o diálogo e estabelecem normas e limites, num clima de afectividade.

Tendo em conta estes três estilos parentais, estudos comprovam que os filhos de pais participativos têm maior sucesso escolar e social. Os estudos dos filhos de pais autoritários levam a crer que estes são obedientes mas, demonstram muita ansiedade, tristeza e insegurança, tal como baixa auto-estima. Os filhos de pais negligentes apresentam maiores fragilidades, quer a nível psicológico, como emocional e social.

O desenvolvimento afectivo e social está condicionado directamente pela educação parental e, desta forma é “fundamental que os pais encarem a parentalidade com humildade que lhes permita continuar a reflectir e procurar dar o melhor de si, respeitando a individualidade da criança e promovendo espaços e actividades em que esta possa desenvolver competências sociais e emocionais, já que estas são as chaves para um maior bem-estar” (Rivero, 2006, p. 2).

3. Envolvimento parental

A Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar enuncia precisamente como um dos objectivos pedagógicos, “incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de afectiva colaboração com a comunidade” (Lei-Quadro n.º 5/97 de 10 de Fevereiro, Artigo 10). No mesmo modo, as Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar destacam o papel da família, nomeadamente o dos pais. Estes são considerados um dos mais importantes parceiros no processo educativo, pois são eles os primeiros educadores da criança, de modo que a “família e a instituição de educação pré-escolar são dois contextos sociais que contribuem para a educação da mesma criança; importa por isso, que haja uma relação entre estes dois sistemas” (Ministério da Educação, 1997, p. 43).

3.1. Relação família-instituição

A escola é vista como um extensão da família, tendo como uma das suas funções, alargar e complementar o seu papel educativo (Lima, cit. por Homem, 2002).

A relação família-instituição na educação pré-escolar, cada vez mais é uma realidade que está presente em todas as instituições, embora esse envolvimento não aconteça de igual forma em todas as instituições (Ferreira e Trinches, 2009). No

entanto, em alguns casos, a instituição deveria dar o primeiro passo relativamente à comunicação entre a família-instituição e também com toda a comunidade educativa.

Estudos realizados acerca das relações entre a instituição e a família reforçam os benefícios que esse envolvimento representa para as crianças, sendo esses benefícios, o melhoramento do desempenho/aproveitamento escolar, embora nem todas as crianças e famílias usufruam dos mesmos benefícios. (Davies, Marques e Silva, cit. por Ferreira e Trinches, 2009).

Muitas vezes, existem conflitos entre a família e a instituição, porque os pais são vistos como intrusos que vão fiscalizar os filhos e a acção do educador, e não como parceiros que poderão ajudar no processo educativo.

Contudo, a base de uma boa relação entre a família e a instituição inicia-se com a boa relação de colaboração a nível de informação (Ferreira e Trinches, 2009).

3.2. Participação dos pais no jardim de infância

Analisando estudos sobre a participação dos pais na educação dos filhos, Silva (2003, pág. 28) refere que “uma maior co-responsabilização dos pais no processo educativo dos seus educandos, tem resultados positivos para estes, daí advenientes, para além de uma valorização social das famílias, sobretudo as de meios populares, a partir da imagem que lhes é devolvida pela instituição escolar”.

Por outro lado, segundo Marques (1998), todo o envolvimento dos pais nas instituições é bastante positivo quanto ao desempenho das crianças.

A participação pode ser encarada de diversas formas, dentro destas, destacaria a possibilidade de tomar parte quando solicitada para o efeito ou de uma forma voluntária, de modo a envolver-se, contribuindo nos aspectos que se considerarem úteis e adequados. Concordando com Homem (2002, p. 44), “participar é intervir – legal ou espontaneamente, clara ou dissimuladamente – numa decisão; é ter ou criar uma mais valia de poder a seu favor”.

O papel e envolvimento dos pais é tão importante como o papel do educador, porque ambos são importantes no processo educativo das crianças e, juntos podem ajudar no desenvolvimento global da criança. Segundo Góis (2002), quem melhor conhece a criança são os próprios pais, e estes podem colaborar com o educador para os ajudar a facultar o suporte adequado para as crianças.

A nível da educação de infância a participação dos pais é importante, quer na elaboração do projecto educativo, na organização e preparação de festas e passeios e, na

organização e preparação de actividades. Será muito importante que os pais estejam profundamente ligados ao jardim de infância porque as crianças de tenra idade ainda têm muitas necessidades afectivas, motoras e cognitivas. É à família que cabe o principal papel educativo, mas colaborando com o jardim de infância será o ideal para conseguir mais sucesso no processo educativo, tal como usufruir da educação a que a criança tem direito.

A participação activa dos pais na instituição é importante para poderem acompanhar o processo de desenvolvimento dos seus educandos e desmitificar a ideia de que é do Jardim de Infância que as crianças “saem” educadas. “A família e a instituição de educação pré-escolar são dois contextos sociais que contribuem para a educação da mesma criança; importa por isso, que haja uma relação entre estes dois sistemas” (Ministério da Educação, 1997, p. 43).

Segundo Marques (1991, p. 9), o envolvimento das famílias está relacionado com o sucesso escolar e “quando as famílias participam na vida das escolas, quando os pais acompanham e ajudam o trabalho dos filhos, estes têm melhores resultados do que colegas com idêntico *background*, mas cujos pais se mantêm afastados da escola”.

Alguns professores evitam a participação das famílias, podendo complicar o funcionamento das escolas, mas estudos conduzidos por Epstein (1985), levaram a conclusões diferentes, constatando que a participação das famílias pode facilitar os papéis do professor, quando os pais participam como auxiliares e fazem trabalhos de forma voluntária (*idem*).

As políticas educativas têm vindo a criar legislação que ajuda no envolvimento das famílias na vida escolar dos filhos. Este aspecto é bastante importante para sensibilizar os pais e professores/educadores para a importância da relação entre a instituição e a família.

Hoje em dia, as crianças passam muito tempo no jardim de infância enquanto os seus pais/família estão a trabalhar. Desta forma, é importante que haja uma boa relação entre a instituição e a família para que essa colaboração seja produtiva e positiva para as crianças. O papel da família é o de educar e modelar a criança tendo em conta os seus valores e padrões culturais e educacionais e o papel do jardim de infância é dar continuidade a essa educação familiar para a ajudar a viver em sociedade.

Davies (1989, p. 60), realizou um estudo acerca dos contactos entre a instituição e a família, concluindo que os pais das crianças do jardim de infância envolvem-se mais do que os pais das crianças dos outros níveis de ensino. Tal como este refere, “os pais

das crianças dos jardins de infância estabelecem contactos muito mais frequentes e variados”. A maior parte dos pais estabelece diariamente conversas informais com a educadora, vê o seu filho na sala e a própria sala, participa nas reuniões e festas que são realizadas no jardim de infância.

As estratégias de envolvimento dos pais no jardim de infância são muito variadas, pois existem diferentes tipos de famílias, contribuindo muito para este aspecto, o desempenho do educador neste sentido.

Henderson (cit. por Marques, 1991) identificou cinco princípios fundamentais para haver uma agradável colaboração entre a instituição e os pais, tendo realizado uma listagem de práticas exemplares, que são:

1. Todo o clima da escola é aberto e amistoso;

Deve existir um cartaz a desejar as boas vindas dos pais, uma sala de pais agradável, assim como no início do ano a Direcção receber os pais e dar a conhecer toda a instituição. A Direcção também deve estabelecer um dia durante a semana para que os pais possam ser recebidos pela educadora.

2. A comunicação com os pais é frequente e nos dois sentidos;

A Direcção deve enviar para os pais um calendário, assim como o horário de funcionamento, horas de atendimento e contactos telefónicos em caso de urgência.

3. Os pais são encarados como colaboradores do processo educativo;

Este aspecto refere-se ao facto de a educadora telefonar para os pais da criança em caso de esta estar a faltar durante algum tempo, convidar os pais a passarem uma manhã na sala, podendo conversar acerca da sua profissão ou hobbies.

4. A Direcção da escola promove activamente a filosofia da participação dos pais, encorajando todos os pais a aderir aos programas de envolvimento;

A Direcção estimula os educadores a realizar reuniões de pais e, em festas que são proporcionadas, estes são convidados a envolver-se.

5. A escola encoraja a participação voluntária de pais.

A Direcção espera que os pais participem na recolha de fundos para a escola ou na organização de actividades extracurriculares.

Também segundo Brickman & Taylor (cit. por Ferreira e Trinches, 2009), para existir uma eficaz participação dos pais é fundamental haver objectivos definidos para se poder organizar um programa de participação dos mesmos. Primeiramente dever-se-á

definir os objectivos tendo em conta as necessidades dos educadores e das famílias, depois organizam-se as actividades. Para finalizar, são feitos os ajustes, consoante o tempo vai passando, pois são sempre necessários pequenos ajustes. Há factores que influenciam as características e comportamentos parentais, como por exemplo a qualidade da relação conjugal, pois pode influenciar o bem-estar psicológico dos pais e afectar os seus comportamentos relativamente às crianças (idem).

O envolvimento parental nas instituições educativas pode provocar efeitos menos positivos, caso as instituições não tenham o cuidado e a preocupação de responder às necessidades educativas das classes mais desfavorecidas (idem). Nesta situação, deve-se ter o cuidado de estabelecer soluções para que as crianças de famílias mais desfavorecidas não se diferenciem das restantes.

Posto isto, o grande objectivo dos educadores, é complementar a educação que a criança recebe em casa, com os pais. É importante que a educadora também conheça o meio familiar e o nível sócio-cultural da criança. Através do esforço e contributo de colaboração entre o jardim de infância e os pais, assegura-se à criança um bom ambiente educativo.